Todos contra a privatização dos serviços públicos

uitos serviços públicos em Campinas já foram privatizados como o Hospital Ouro Verde onde a gestão foi terceirizada para a Unifesp, que "quarteirizou" para a SPDM, acumulando dívidas e passivos trabalhistas.

Recentemente, o prefeito Hélio tentou aprovar na Câmara de Vereadores um projeto de lei para ampliar a privatização da saúde, educação, esporte, cultura e lazer, através das OSs (Organizações Sociais), mas foi derrotado pelos servidores públicos e trabalhadores do movimento popular.

O prefeito insiste na sua intenção e já apresentou outro projeto, chamado de "Gestão Compartilhada", alterando o nome, mas mantendo a privatização dos servicos públicos.

A gestão e execução do serviço público

Elementos para a construção da PAUTA

são obrigações dos governantes. Com a privatização, o dinheiro público passa às mãos de grupos e empresas que tem como objetivo

final o lucro, em detrimento da prestação de serviços à população mais necessitada. Os projetos de Hélio são um ataque direto aos servidores concursados, pois prevêm contratação de profissionais com salários baixos, direitos e benefícios reduzidos, regulados pelo mercado e pela

14 de fevereiro de 2011 lógica da

concorrência privada.

A "Gestão Compartilhada" proposta pelo governo transforma a máquina pública num balcão de negócios. De um lado o governo, do outro "os amigos do governo" e no meio os servidores e a

> população, "reféns" da imoralidade administrativa.

> Onde os serviços públicos foram privatizados o resultado foi desastroso; a corrupção ampliou, o serviço público foi degradado e os trabalhadores perderam direitos. Combater a proposta de privatização do prefeito Hélio é preservar a qualidade do serviço público à

população e a existência de você, servidor público, na Prefeitura Municipal de Campinas.

ECONÔMICA da Campanha Salarial 2011.

Confira os Índices Econômicos

| | JAN | FEV | MAR | ABR | Acumulado Fev/2011 |
|------------------|------|------|-----|-----|--------------------|
| IPA DO IGP-M/FGV | 0,76 | 1,20 | - | - | 13,93 |
| IPA DO IGP | 0,96 | 1,23 | - | - | 13,69 |
| IPG DI/ FGV | 0,98 | 0,96 | - | - | 11,12 |
| IPC DI IGP/FGV | 1,27 | 0,49 | - | - | 6,02 |
| IPC – FIPE | 1,15 | 0,60 | - | - | 6,05 |
| INPC – IBGE | 0,94 | 0,54 | - | - | 6,36 |
| IPCA – IBGE | 0,83 | 0,80 | - | - | 6,01 |
| ICV DIEESE | 1,28 | 0,41 | - | - | 6,26 |

Indicativos de acumulados da medida de inflação anual até fevereiro de 2011 *Dados publicados no Jornal Folha de S. Paulo de 16/03/2011

Reajustes no Salário Mínimo

510,00. Com o último aumento passou para R\$ 545,00, o o limite prudencial da LRF de 51,30%, que representa um índice de reajuste de 6.86%

DINHEIRO TEM. FALTA VONTADE POLÍTICA.

Ato contra as OSs. na Câmara Municipal

 Na edição do dia 1º de fevereiro de 2011, O jornal Correio Popular publicou uma declaração do prefeito Hélio afirmando que o gasto com o funcionalismo público não ultrapassou o limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal (51,30%).

O Diário Oficial do Município, de 29 de janeiro de 2011, ao publicar o balanço do 3º quadrimestre de 2010, referente aos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro, constata que o gasto com a folha de pagamento ficou

Em novembro de 2010, o salário mínimo era de R\$ • Estas publicações demonstram que menos 43,44%, que efetivamente foi pagou ao funcionalismo, sobra 7,86%.

trabalhadores na data-base de 2006. o 2011.

índice geral referente ao gasto com pessoal de 43,49%, teria um acréscimo de 1,65% na folha de pagamento, o que significa que o total seria de 45,09%, faltando ainda 6,21% para atingir o limite prudencial da LRF.

• a) Sem a reposição dos 3,8% .é possível dar 18,%

de aumento sem

Nenhuma das contas ultrapassou limite da lei, garante diretor

O balancete da Secretaria de Finanças também comparou os gastos aos limites esti-pulados pela Lei de Responsa-bilidade Fiscal (LRF). Segundo o diretor do Departa to de Orçamento da Prefeitura, João Carlos Ribeiro da Sila, nenhuma das contas ultra passou o percentual indica do, mas, para que isso perdu re até o final deste ano, a polí deverá ser adota de forma rígi-

trecho de matéria • Se o governo repuser o índice de retirada do jornal Correio Popular do 3,8%, que ficou devendo aos dia 1 de fevereiro de

ESPECIAL é um direito

constitucional do trabalhador que exerceu função insalubre ou periculosa em pelo menos 25 anos. O benefício antecipa a aposentadoria. Porém, não existe regulamentação para sua concessão pelos municípios e estados. Por isso, todo trabalhador que tem o direito precisa de um Mandado de Injunção. instrumento jurídico que encaminha o pedido de aposentadoria especial do servidor público diretamente ao STF (Supremo Tribunal Federal). o Sindicato conquistou o Mandado de Injunção coletivo aos servidores filiados. Todo trabalhador que pretende pedir o benefício, deve procurar a entidade. A pressão jurídica é um dos caminhos, mas na Campanha Salarial 2011 devemos exigir que a

APOSENTADORIA

Prefeitura cumpra a lei.



SEDE: RUA JOSÉ TEODORO DE LIMA, 49, CAMBUÍ, CAMPINAS - FONE: (19) 3236-0665 • SITE: WWW.STMC.ORG.BR

CAMPANHA SALARIAL 2011

A participação de cada servidor público nas atividades da Campanha Salarial 2011 é fundamental para o êxito das negociações. Vamos assegurar nossos direitos e avançar em novas conquistas. Participe ativamente das plenárias e assembleias organizadas pelo Sindicato!

A Campanha Salarial é um período intenso de lutas, onde devemos manter a unidade e a mobilização para garantir melhores salários e ampliar direitos na renovação do Acordo Coletivo. Desde o início de março, os trabalhadores se organizam em sua plenárias para discutir e deliberar a pauta de reivindicações.

31 de março é o dia da Assembleia Geral dos Servidores Públicos, quando fecharemos nossa Pauta de Reivindicações, a ser protocolada em 1º de abril, dando início à data-base da categoria.

O governo Hélio sempre se mostrou intransigente nas negociações, sem atender as reivindicações da categoria. Esta postura promove a desvalorização dos salários e a degradação dos serviços públicos em todas as áreas da

Lutamos para garantir as conquistas sociais, aumento real de salário, reposição das perdas acumuladas neste Governo. Lutaremos também em defesa do serviço público municipal, para derrotar a privatização que o governo quer impor na saúde, educação, cultura e lazer, fortalecendo a mobilização por um serviço público de qualidade.



SINICATO

Agora, você que é associado tem mais um

benefício: Venha desfrutar do espaço Zen e fazer a terapia da Quick Massage. Toda sexta-feira, das 9h às 18h, mediante agendamento prévio.

CURSO DE INFORMÁTICA

O Sindicato oferece ao associado curso de informática, com profissional qualificado e estrutura adequada, com um aluno por micro. Há vagas nas turmas. Informe-se com o professor Eric, de 2^a, 4^a e 6^as, das 9h às

Para que as reivindicações s e j a m

direitos de todos.

Um por todos e todos por um!

atendidas, o Sindicato conclama uma ampla unidade dos trabalhadores, com a convicção de que é fundamental que todos tenham consciência e participem. É uma questão de responsabilidade, já que a Pauta de Reivindicação expressa a insatisfação da maioria.

Participe das atividades da Agenda, vista a camiseta e cole no peito o adesivo da Campanha Salarial 2011. Esta é a força que precisamos para garantir melhores salários e assegurar os

LEIA **Pauta Econômica** pág. 04

Todos contra a privatização pág. 04

LEIA Aposentadoria **Especial** pág. 04

CONVENÇÃO 151 pág. 04

mês MARÇO

CRONOGRAMA

dia 14h PLENÁRIA dos Monitores e

10 Agentes de Educação Infantil

dia 8h PLENÁRIA

14 SETEC

dia 9h30 PLENÁRIA dos Aposentados

16 e Pensionistas

dia 14h PLENÁRIA do Quadro de Apoio

17 da Educação

18h PLENÁRIA dos Professores e Especialistas

dia 9h PLENÁRIA da

21 Guarda Municipal

dia 9h PLENÁRIA de

22

16h PLENÁRIA dos Agentes de Saúde

18h PLENÁRIA SETORIAL ESPECIALdos Monitores e Agentes

de Educação Infantil dia 14h PLENÁRIA da

dia 12h PLENÁRIA do

dia exta-feira, 9h:

SEMINÁRIO PARA O **CONSELHO DE REPRESENTANTES SINDICAIS: PRIVATIZAÇÃO NO SERVICO PÚBLICO LANCAMENTO DA CAMPANHA SALARIAL 2011**

dia 17h ASSEMBLEIA GERAL DA 31



PROTOCOLAMENTO DA PAUTA DE CAMPANHA SALARIAL

Rua José Theodoro de Lima - 49 Cambuí - 13015-150 - Campinas/SP Fone/Fax (19) 3236-0665

onsabilidade Editorial

Jadirson Tadeu C. Paranatinga Cláudia Bueno Marionaldo Maciel Diretora de Imprensa:

Coordenação Geral:

trabalhadores; Garantias dos direitos civis e políticos essenciais à liberdade sindical.

O Governo brasileiro assinou a Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que

estabelece o princípio da negociação coletiva entre trabalhadores públicos e os governos Federal, Estadual e

Municipal. O coordenador do STMC, Marionaldo Fernandes Maciel representa, com outros

trabalhadores, os servidores públicos municipais no Ministério do Trabalho e Emprego. A

Convenção estabelece: Proteção contra violação da liberdade sindical; Independência das

organizações de trabalhadores públicos face às autoridades públicas; Proteção contra

ingerência das autoridades públicas na formação, funcionamento e administração das

organizações de trabalhadores públicos; Concessão de liberação aos representantes das

organizações de trabalhadores da função pública; Instauração de processos para a

negociação das condições de trabalho entre autoridades públicas e organizações dos

Edição e Redação

Mtb 42.274/SP

Tiragem 1.000 exemplares